

Cathy McClive. *Menstruation and Procreation in Early Modern France*.
Farnham, Surrey, UK: Ashgate; 2015, 267 p. ISBN: 9780754666035. £ 80.00

Pela sua elevada qualidade e pela originalidade da temática tratada, a presente obra, da autoria de Cathy McClive, constitui um importante contributo para o avanço e o enriquecimento da historiografia europeia, em diversas áreas. A autora estuda a menstruação e a procriação em França, no período moderno, mais precisamente durante os séculos XVI e XVIII, embora a sua análise recue, e muito a propósito, até épocas mais distantes. Como a própria afirma, o fio condutor do seu trabalho consiste na desmontagem da perspetiva supostamente preponderante de uma visão negativa da menstruação, assente numa literatura misógina focada na procriação. Na sua ótica, apoiada em fontes médicas e jurídicas, a ideia de sujidade associada à menstruação não resulta, por conseguinte, de uma postura antifeminista, mas antes de preocupações centradas na reprodução. É de referir, por outro lado, que a autora não procura fazer apenas a história da menstruação, mas pretende também lançar as bases para um debate historiográfico sobre o assunto, tendo presentes a sua complexidade e os diferentes significados que lhe são atribuídos.

A escolha da realidade francesa para a realização do seu estudo é devidamente justificada pela autora. Entre os motivos invocados, é destacada a literatura médica produzida naquele país sobre a procriação e a obstetrícia, cuja influência se estendeu a toda a Europa, que veicula posições antagónicas das seguidas pela historiografia anglo-saxónica. Contudo, como refere Cathy MacClive, a sua análise não se circunscreve à França, pois muitos dos textos que analisou circulavam pela Europa moderna, como é o caso, por exemplo, dos manuais de confessores ou das teses médicas e dos manuais de cirurgia. Logo na introdução, enfatiza, no domínio da teologia moral, o papel do Concílio de Trento e a sua postura intrusiva, ao imiscuir a Igreja na vida íntima dos casais, questionando-os sobre a sua vida conjugal e sexual.

O tema abordado na obra em apreço é de inegável interesse, mas, em muitos países, o seu estudo é prejudicado pela ausência de fontes documentais. Ora, nesta obra, a autora tira partido da variedade e da riqueza das fontes, de natureza religiosa, judicial e clínica, e apresenta um trabalho marcadamente analítico, assente numa abordagem profunda e imbricada dos documentos, resultante do cruzamento da riqueza documental com um grande conhecimento bibliográfico sobre as matérias tratadas. É ainda de assinalar que, na tentativa de decifrar a relação estabelecida entre as ideias de menstruação, toxidade e poluição, base

de um mito misógino que procura desfazer, recorre não apenas a documentos institucionais, mas também a correspondência privada.

A obra é constituída por seis capítulos. Nos dois primeiros, a autora debruça-se sobre a desconstrução do mito da misoginia, através da análise de textos religiosos, nomeadamente de passagens bíblicas, e sobre a fundamentação da proibição da prática de relações sexuais durante o período menstrual, quer sob o ponto de vista religioso, quer sob o ponto de vista médico. Relativamente à perspetiva religiosa, faz uma análise apurada de algumas passagens do Livro do Levítico, especialmente sobre o sentido de algumas traduções, o que a leva a examinar a própria linguagem, chegando à conclusão de que a menstruação não era interpretada como poluição.

No capítulo seguinte, intitulado *Menstruation, Conception and the Timely Use of Marriage*, são tratadas as relações sexuais durante a menstruação, que, durante a Idade Moderna e sob o ponto de vista da medicina e da teologia, eram consideradas «monstruosas». Tendo como base as disposições presentes no Levítico, procura demonstrar que as preocupações deste debate estavam centradas, essencialmente, na procriação, dado que, no seu ponto de vista, nenhum dos grupos considerava o sangue menstrual tóxico, estando mais preocupados com os efeitos que pudesse ter sobre o embrião, procurando assim afastar a ideia misógina da menstruação. Os médicos receavam os efeitos do excesso de sangue menstrual sobre a saúde do feto, no momento da concepção, ao passo que a religião considerava pecaminosas as relações sexuais durante o período menstrual, dado que visavam o prazer e não a procriação. Aqui, a autora procura colocar em confronto as duas perspetivas, a médica e a teológica, sendo reconhecida a incapacidade de a medicina dar respostas unívocas a algumas das questões colocadas pela religião. Entende ainda que, na França da Idade Moderna, as traduções do Levítico e atitudes mais amplas sobre a menstruação devem ser interpretadas no âmbito do que designa de «teologia procriadora».

O terceiro capítulo é dedicado a questões relacionadas com a menstruação propriamente dita, designadamente a sua regularidade, associada à saúde e à fertilidade da mulher, e à contagem do tempo. A questão da regularidade tinha a ver com a noção de confiança sobre o funcionamento do corpo. Esta questão ligava-se a uma outra, que estava relacionada com a observação do corpo, sobretudo das mulheres. Na sua análise sobre os textos médicos, Cathy McClive apresenta o ideal médico acerca da regularidade, encarada como expressão de corpo disciplinado, do fluxo menstrual considerado normal. Ainda neste âmbito, e com base em cartas privadas, mostra que as mulheres estavam conscientes do

seu ciclo menstrual e dos fatores que provocavam variações, como eram, por exemplo, o estado de saúde ou a amamentação.

No capítulo quarto, intitulado, *Detecting and Proving Pregnancy*, a autora estabelece a conexão entre a regularidade menstrual e a procriação, considerando a vertente familiar, judicial e clínico. A partir de fontes judiciais, procura demonstrar que a ausência de sangue menstrual não pode ser interpretada como prova de gravidez, porque a mulher continua a sangrar. São, então, lançadas, entre outras, as seguintes questões que interpelam a medicina: Como se explica que uma mulher grávida continue a sangrar? Qual a ligação entre a gravidez e a menstruação? Que consequências teriam estas hemorragias sobre o feto?

No capítulo seguinte, denominado *Menstrual Time and the moons os pregnancy*, são abordadas matérias relacionadas com a percepção social da gravidez, designadamente, as questões dos nascimentos, da paternidade e da (i)legitimidade. Assinala-se, por outro lado, que o ciclo menstrual era percecionado de forma diferente pela mulher, conforme a sua condição social, até porque as suas preocupações também eram distintas, como observa a autora, com base em diversas fontes judiciais. Daqui emerge um debate entre a cessação da menstruação e a conceção. Além do mais, a ausência do mênstruo e a gravidez podiam ser tratadas como coisa pública, embora com dimensões distintas consoante o estatuto da mulher.

Por fim, no último capítulo, a autora debruça-se sobre vários casos de ambiguidade sexual. Defende que a presença ou a ausência de menstruação não são suficientes para estabelecer a distinção de sexo, invocando, a este propósito, o caso dos hermafroditas. Introduce, assim, uma variável que vem complicar a relação entre género, reprodução e menstruação. Acaba por concluir que a menstruação não faz a mulher e a sua falta não significa, necessariamente, gravidez ou ausência de feminilidade.

Em conclusão, importa referir que estamos na presença de uma obra que, fazendo uso de um discurso acessível, apelativo e bem estruturado, pretende, por um lado, levar o leitor a conhecer as forças dominantes que estão por detrás das construções culturais acerca dos corpos menstruados, mostrando a existência de tensões entre os protagonistas destas construções em diferentes contextos. Investiga, por outro lado, a relação complexa entre menstruação e procriação sob diversos prismas, com diferentes protagonistas, sem esquecer as tensões entre médicos e juristas, numa tentativa de normalizar a menstruação num contexto marcado por exceções. ■

Alexandra Esteves

orcid.org/0000-0003-0660-9485

Universidade Católica Portuguesa, Braga